



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004654-76.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **TAMIRES FERNANDA DE OLIVEIRA DA SILVA**
 Requerido: **LUIZA CRED CARTÃO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

TAMIRES FERNANDA DE OLIVEIRA DA SILVA ajuizou ação contra **LUIZA CRED CARTÃO**, alegando, em síntese, que mesmo tendo efetuado o pagamento da parcela referente ao mês de agosto de 2013, a ré emitiu correspondência cobrando o pagamento de referida parcela. Alega ainda que dirigiu-se a loja da ré para solucionar o problema, mas como não conseguiu comprovar o pagamento, teve seu nome inscrito no cadastro de devedores, razão pela qual almeja indenização pelo constrangimento moral acarretado.

Citada, a ré contestou o pedido, alegando que tão logo comunicada da possibilidade do não repasse do valor pago, o nome da autora foi excluído dos órgãos de proteção ao crédito, inexistindo dano moral indenizável.

Houve réplica.

Determinou-se a expedição de ofícios ao SERASA e SCPC solicitando informações, vindo para os autos resposta, sobrevindo manifestação somente da ré.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A ré inscreveu o nome da autora em cadastro de devedores, pretextando com a falta de pagamento da parcela referente ao mês de agosto de 2013.

Sucede que a autora quitou referida parcela, em 06/08/2013, conforme documento de fls. 12.

Portanto, quitada a parcela, não havia motivo jurídico para a ré averbar o nome da autora em cadastros de devedores.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Caberia indenização por dano moral, pois presumível o constrangimento causado.

No entanto, o histórico da autora não justifica conceder-lhe tal direito.

Com efeito, percebe-se que era contumaz na impontualidade no cumprimento de suas obrigações perante a ré, tanto que teve o nome inscrito em cadastro de devedores **outras três vezes antes e duas vezes depois**, conforme mostram os documentos de fls. 75 e 77.

Além disso, **na época da propositura desta ação** havia em seu desfavor um apontamento de iniciativa de BANCO CARREFOUR, cuja exclusão aconteceu no dia 3 de junho transato, e outra apontamento de iniciativa de MAGAZINE LUIZA, cuja exclusão aconteceu no dia 29 de maio transato, véspera da propositura da ação.

Tem-se a impressão de que a autora se apressou em excluir tais apontamentos, mirando êxito na pretensão indenizatória ora em curso.

A jurisprudência sedimentada na Súmula nº 385 do Superior Tribunal de Justiça é plenamente aplicável. Com efeito, *da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento*.

Diante do exposto, **rejeito o pedido** apresentado por **TAMIRES FERNANDA DE OLIVEIRA DA SILVA** contra **LUIZA CRED CARTÃO**.

Responderá a autora pelo pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios do patrono da contestante, por equidade fixados em 10% do valor da causa, corrigido monetariamente desde a data do ajuizamento. A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.

P.R.I.C.

São Carlos, 24 de setembro de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França
 Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**